

7. PROJETO DE REGULAMENTO – CONSELHO CONSULTIVO DA MOBILIDADE DE BRAGA:

Da **Vereadora Olga Pereira** com responsabilidade da área da Mobilidade, submete-se ao Executivo Municipal e à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do “Projeto de Regulamento – Conselho Consultivo da Mobilidade de Braga”, de acordo com o preceituado nas alíneas c) e n) do nº 2 do artigo 23º, e nas alíneas k) e mm) do nº1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conforme documento que se anexa.

PROPOSTA

Conselho Consultivo da Mobilidade de Braga – Projeto de Regulamento

O presente projeto de regulamento do Conselho Consultivo da Mobilidade de Braga integra-se na política de transparência e de envolvimento das partes interessadas que este Executivo Municipal preconiza, criando agora um espaço de debate e reflexão no âmbito da Mobilidade, onde os diferentes intervenientes, entidades públicas e privadas, possam dar voz às suas sugestões e reflexões, conhecer os projetos municipais previstos e em curso, bem como acompanhar a implementação dos mesmos.

A composição preconizada para o Conselho Consultivo da Mobilidade de Braga é reveladora da abrangência de interesses convergentes nesta área, desde já com a presença de entidades públicas com atribuições na gestão do território, da academia, forças de segurança, operadores de transportes, e entidades representativas de grupos de população.

Os temas e projetos objeto da reflexão deste Conselho Consultivo incidirão sobre a descarbonização, a qualificação do espaço público (através da eliminação de barreiras arquitectónicas), o aumento da segurança rodoviária e ainda a literacia da população na área da Mobilidade.

De acordo com o preceituado nas alíneas c) e n) do n.º 2 do artigo 23.º, e nas alíneas k) e mm) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município.

Nestes termos **propõe-se**:

- a) Aprovação de início dos procedimentos regulamentares nos termos do artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo para o regulamento do Conselho Consultivo da Mobilidade de Braga;
- b) A abertura de período para constituição de interessados, nos termos instituídos no artigo 100.º do Código de Procedimento Administrativo, o qual não poderá ser inferior a 30 dias úteis, onde os interessados deverão manifestar-se por escrito, submetendo as suas exposições no email municipe@cm-braga.pt, ou no Balcão Único do Município de Braga, mencionando em assunto Conselho Consultivo da Mobilidade de Braga;
- c) Aprovação da dispensa da consulta pública prevista no artigo 101.º do mesmo diploma, dada a matéria em causa não afetar de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

A Vereadora,

(Olga Pereira)

Regulamento do Conselho Consultivo da Mobilidade de Braga

Preâmbulo

A Mobilidade é uma área fundamental para a vida e funcionamento em sociedade, com significativa incidência no adequado funcionamento das redes urbanas.

No Município de Braga adquire particular destaque, merecendo a existência de um Pelouro a ela dedicado, o qual tem, ao longo do tempo, sido o promotor de diversas intervenções no concelho visando a descarbonização, a qualificação do espaço público (através da eliminação de barreiras arquitectónicas), o aumento da segurança rodoviária e ainda a literacia da população neste tema.

Prosseguindo uma política de transparência e de envolvimento das partes interessadas, cria-se agora um espaço de debate e reflexão no âmbito da Mobilidade, onde os diferentes intervenientes, entidades públicas e privadas, possam dar voz às suas sugestões e reflexões, conhecer os projetos municipais previstos e em curso, bem como acompanhar a implementação dos mesmos.

Conscientes da importância do tema para a população em geral e para diversas entidades em particular, a composição do Conselho Consultivo da Mobilidade de Braga é reveladora da abrangência de interesses convergentes nesta área, desde já com a presença de entidades públicas com atribuições na gestão do território, da academia, forças de segurança, operadores de transportes, e entidades representativas de grupos de população.

Nos termos do artigo 99.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, a nota justificativa da proposta de regulamento deve ser acompanhada por uma ponderação de custos e benefícios das medidas projetadas.

Ora estando em causa a constituição de um conselho meramente consultivo, em que o custo da disponibilidade de tempo dos seus intervenientes não é acompanhado de pagamento de despesas ou senhas presenças aos mesmos, nem capacidade de aquisição de bens ou serviços, as despesas de funcionamento do conselho serão internalizadas no apoio administrativo que os serviços municipais lhe prestarão.

Por sua vez a oportunidade de dar voz a grupos com interesses no tema, de se proporcionar a envolvimento e criação de sinergias entre atores locais, de se reforçar o sentimento de pertença e segurança, com conhecimento atualizado na construção da cidade do futuro, constituem-se benefícios que superam claramente os custos acima identificados.

Neste contexto entende-se que a aprovação e concretização do Conselho Municipal da Mobilidade de Braga é útil e desejável para este Município.

Na elaboração do presente regulamento, deverá ser aberto período para constituição de interessados, nos termos instituídos no artigo 100.º do Código de Procedimento Administrativo, mas admite-se a dispensa da consulta pública prevista no artigo 101.º do mesmo diploma, dada a matéria em causa não afetar de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

De acordo com o preceituado nas alíneas c) e n) do n.º 2 do artigo 23.º, e nas alíneas k) e mm) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município.

A Assembleia Municipal de Braga em sessão de _____ sob proposta da Câmara Municipal, em reunião de _____, ao abrigo do preceituado na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, decidiu aprovar o seguinte Regulamento:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito

Pelo presente é criado o **Conselho Consultivo da Mobilidade de Braga**, adiante abreviadamente designado por **CCMB**.

Artigo 2.º

Objeto

O presente regulamento tem por objeto a regulação das competências do CCMB, a sua composição e o seu funcionamento.

Artigo 3.º

Natureza e Funções

1. O CCMB define-se como um fórum de análise e reflexão com funções de natureza consultiva e de apoio ao executivo municipal na área da Mobilidade, visando prévia explicitação, e eventual concertação, dos diversos interesses existentes que nesta área confluem.

2. O CCMB assume ainda funções de natureza informativa, de articulação e cooperação para as questões relacionadas com a segurança rodoviária, a descarbonização e a literacia para a mobilidade no concelho de Braga.

Artigo 4.º

Competências do CCMB

1. Ao Conselho Consultivo da Mobilidade de Braga compete designadamente:
 - a. Contribuir para o aprofundamento do conhecimento, e respetiva caracterização dos vários aspetos que compõem a mobilidade concelhia, através da consulta das entidades e representantes que o constituem;
 - b. Diagnosticar e analisar os principais entraves ao desenvolvimento do setor no concelho;
 - c. Formular propostas de resposta aos problemas diagnosticados;
 - d. Emitir recomendações e sugestões sobre matérias de âmbito da Mobilidade no concelho;
 - e. Promover o debate sobre as questões relacionadas com a segurança rodoviária, a descarbonização e a literacia para a mobilidade no concelho de Braga.
2. As atividades previstas que resultem em encargos para o Município terão que seguir as formalidades legais.

Artigo 5.º

Composição

1. O CCMB é composto pelos seguintes elementos:
 - a. O Presidente da Câmara Municipal de Braga;
 - b. O Vereador com a área de responsabilidade da Mobilidade;
 - c. Representantes de entidades administrativas e instituições públicas com interesse na área da Mobilidade;
 - d. Representantes da Academia;
 - e. Representantes de operadores de transportes e autoridades de transportes;
 - f. Representantes de forças de segurança;
 - g. Representantes de entidades representativas de utilizadores de velocípedes;

- h. Representantes de entidades representativas de grupos com mobilidade condicionada.
2. O CCMB pode, sempre que assim o entender e a temática o exigir, convidar a estar presentes nas reuniões outras entidades ou personalidades com conhecimentos e competências relevantes para emissão de pareceres ou prestação de esclarecimentos ou que sejam consideradas úteis para os trabalhos.
3. As entidades representadas no nº 1 podem propor a adesão de novas entidades.

Artigo 6.º

Tomada de posse dos membros do CCMB

1. Os membros do CCMB tomam posse perante o Presidente.
2. Os membros do CCMB consideram-se em exercício de funções logo após a tomada de posse, a qual terá lugar na sua primeira reunião.
3. Na primeira reunião é lavrado o auto de posse, devendo para tal ser assinado por todos os membros presentes.

Artigo 7.º

Direitos e Deveres dos membros do CCMB

1. Os membros do CCMB, identificados no artigo 5.º do presente regulamento, têm o direito de:
 - a. Intervir nas reuniões do Conselho;
 - b. Elaborar propostas e recomendações.
2. Os membros do CCMB têm o dever de:
 - a. Participar assiduamente nas reuniões do Conselho;
 - b. Participar ativamente nas reuniões e deliberações do Conselho;
 - c. Contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos a realizar no Conselho.

CAPÍTULO II

Presidente

Artigo 8º

Presidente

1. O Conselho é presidido pelo Presidente da Câmara.

2. O Presidente do Conselho é substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo Vereador com a responsabilidade do pelouro da Mobilidade, ou em quem ele delegar.

Artigo 9.º

Competências do Presidente

Compete ao Presidente do Conselho Consultivo:

- a. Representar o CCMB e presidir aos seus trabalhos;
- b. Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
- c. Dirigir os trabalhos e manter a disciplina nas reuniões;
- d. Assegurar o envio de propostas e recomendações emitidas pelo Conselho para o órgão executivo do Município;
- e. Assegurar a elaboração das atas da reunião.

CAPÍTULO III

Mandato

Artigo 10.º

Mandato

O mandato dos membros do CCMB tem a duração correspondente ao período do mandato autárquico, podendo, no entanto, ser renovado.

Artigo 11.º

Substituição dos membros

Os membros do Conselho mantêm-se em funções enquanto não forem substituídos, mesmo que os respetivos mandatos tenham terminado.

Capítulo IV

Funcionamento do Conselho

Artigo 12.º

Regime de funcionamento e reuniões

1. O CCMB funciona em plenário.

2. O CCMB pode deliberar a constituição interna de Comissões Especializadas, às quais se agregarão outras entidades com competências técnicas ou científicas para os assuntos a tratar.
3. O CCMB reúne ordinariamente duas vezes por ano, designadamente nos meses de abril e outubro, ou extraordinariamente por iniciativa do Presidente ou por solicitação de 1/3 dos seus membros.
4. As reuniões terão lugar nas instalações da Câmara Municipal ou noutro local previamente indicado pelo Presidente.

Artigo 13.º

Convocatória

1. A convocatória deve mencionar a data, hora e local da reunião, assim como a ordem de trabalhos, na qual deve constar de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião.
2. As reuniões serão convocadas via e-mail, pelo Presidente, com pelo menos 10 dias úteis de antecedência.
3. Em caso de urgência, a convocação da reunião poderá ser feita com antecedência mínima de 5 dias úteis.
4. O Presidente do Conselho pode convidar a participar nas reuniões entidades públicas ou privadas cuja presença considere útil à agenda da sessão.

Artigo 14.º

Substituição dos representantes

Caso o representante efetivo da entidade não possa comparecer às reuniões do Conselho, far-se-á substituir por representante da mesma entidade, não ficando assim a respetiva entidade sem representação.

Artigo 15.º

Ordem de trabalhos

1. A definição da ordem de trabalhos das reuniões é da responsabilidade do Presidente do CCMB.
2. Qualquer membro do CCMB pode sugerir ao Presidente o agendamento de temas para discussão, até 20 dias úteis antes da reunião.
3. Nas reuniões, os documentos de suporte à ordem do dia acompanham a convocatória a todos os membros do CCMB.

Capítulo V**Reuniões****Artigo 16.º****Quórum**

O plenário funciona desde que esteja presente a maioria simples dos seus membros ou após 15 minutos da hora marcada com os elementos presentes.

Artigo 18.º**Atas**

1. De cada reunião será lavrada ata, que conterà um resumo dos assuntos apreciados, indicando designadamente a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, e as discussões resumidas com os fundamentos apresentados pelas partes.
2. As atas são lavradas pelo membro ou funcionário designado para o efeito.
3. Nos casos em que o Conselho assim o delibere, a ata será aprovada em minuta, logo na reunião a que disser respeito, ou logo no início da seguinte.
4. A ata deve ser rubricada pelos membros presentes na reunião e deve ser remetida a todos os membros do CCMB e ainda às entidades que se encontrem representadas.

Capítulo VI**Disposições finais****Artigo 19.º****Alterações**

1. O presente Regulamento pode ser alterado mediante proposta fundamentada do Presidente do CCMB ou de dois terços dos membros, desde que tal conste, expressamente, na ordem de trabalhos.
2. As propostas de alteração ao presente Regulamento devem ser aprovadas pelo menos por dois terços dos membros do Conselho.

Artigo 20.º**Interpretação e integração de lacunas**

As dúvidas e/ou omissões suscitadas na interpretação e/ou aplicação do presente Regulamento serão dirimidas e/ou integradas mediante deliberação do CCMB e subsidiariamente pelo Município.

Artigo 21.º**Publicitação e entrada em vigor**

O presente entra em vigor no dia seguinte à sua publicitação na página eletrónica oficial do Município de Braga.